

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.955 - CE (2019/0302346-8)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : CAIO SILVA (PRESO)
ADVOGADO : LUCAS BRITO DE OLIVEIRA - CE032979
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CAIO SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no julgamento do HC n. 0629457-25.2019.8.06.0000.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal.

Nesta via, o recorrente alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto de segregação cautelar, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do réu, que seria primário, de bons antecedentes, com ocupação lícita e com residência fixa, predicados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Argumenta a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja revogada a segregatória preventiva do recorrente, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

A liminar foi indeferida.

As informações solicitadas foram prestadas.

Sem contrarrazões, os autos ascenderam a esta Corte Superior de Justiça.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 279-282).

É o relatório.

Dos elementos colacionados aos autos, infere-se que o recorrente preso preventivamente no dia **18/7/2019**, pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, inc. IV, do Código Penal, ocorrido no dia 25/5/2019.

Verifica-se que o Juízo primevo decretou prisão preventiva do paciente, notadamente a bem da ordem pública e para garantir a aplicação da lei penal, ressaltando a existência de prova da materialidade e de indícios da autoria da suposta prática do delito, além de que o acusado teria executado, mediante vários disparos de arma de fogo, pessoa de sua família e se evadiu do distrito da culpa, estando foragido (e-STJ fl. 26).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, ratificando o decreto preventivo, notadamente diante da

gravidade do delito, evidenciada pelo *modus operandi*, e pela evasão do paciente do distrito da culpa (e-STJ fl. 206).

De arremate, a Corte *a quo* concluiu que quanto à *existência de condições pessoais favoráveis*, *é de se destacar que, conforme pacífico entendimento jurisprudencial, tal circunstância, ainda que eventualmente provada, não autoriza, por si só, a revogação da prisão preventiva ou a substituição desta pelas medidas cautelares previstas no art. 319, do Código de Processo Penal, se existem, nos autos, elementos concretos e suficientes a apontar a necessidade de continuação da custódia antecipada* (e-STJ fl. 211).

Delineado o contexto fático processual, no que tange aos requisitos da prisão preventiva, nota-se que a custódia do recorrente encontra-se bem fundamentada, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, notadamente para acautelamento da **ordem pública e garantia da aplicação da lei penal**, fragilizadas diante das graves circunstâncias adjacências ao evento criminoso denunciado.

Como orienta a doutrina, a prisão preventiva pode ser ordenada *"para fins externos à instrumentalidade, associada à proteção imediata, não do processo em curso, mas do conjunto de pessoas que se há de entender como sociedade. [...] A modalidade de prisão, para cumprimento desta última finalidade, seria a prisão para garantia da ordem pública", "quando se tutelar, não o processo, mas o risco de novas lesões ou reiteração criminosa"*, deduzidos, a princípio, da natureza e gravidade do crime cometido e da personalidade do agente (Comentários ao código de processo penal e sua jurisprudência, *Eugênio Pacelli de Oliveira e Douglas Fischer*, 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2012).

De fato, constata-se que o ora recorrente teria efetuado vários disparos de arma de fogo contra a vítima, seu primo, em plena luz do dia e utilizando-se de meio que dificultou a defesa do ofendido, além de haver indícios de que o crime foi cometido por vingança, o que revela a necessidade de manutenção da custódia cautelar.

Patenteada, no caso, a potencialidade lesiva da infração e a periculosidade social do acusado. Ou seja, bem demonstrado o *periculum libertatis* exigido para a ordenação e a preservação da prisão cautelar.

Não se trata de presumir a periculosidade do agente, ou mesmo a probabilidade da prática de novas infrações, a partir de meras ilações ou conjecturas desprovidas de base empírica concreta, mas de avaliar a periculosidade exigida para a imposição da medida cautelar constrictiva pelas circunstâncias que cercaram o delito.

Excluir essa avaliação do julgador, ou mesmo entender que a descrição da forma como ocorreu o crime seria apenas uma tradução da conduta intrínseca ao tipo penal violado, como já assinalou o Supremo Tribunal Federal, não se mostra consentâneo com a cautelaridade do instituto da prisão preventiva.

Com efeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica em que: *"O entendimento de que o fato criminoso em si não pode ser valorado para decretação ou manutenção da prisão cautelar não é consentâneo com o próprio instituto da prisão preventiva, já que a imposição desta tem por pressuposto a presença de prova da materialidade do crime e de indícios de autoria. Se as circunstâncias concretas da prática do crime revelam a periculosidade do agente e o risco de reiteração delitiva e, por conseguinte, à ordem pública, justificada está a decretação ou a manutenção da*

prisão cautelar, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria" (RHC 106.697, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 03/04/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-093 DIVULG 11-05-2012 PUBLIC 14-05-2012).

A propósito (grifos acrescentados):

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONSUMADO E DOIS NA FORMA TENTADA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão preventiva, para ser legítima à luz da sistemática constitucional, exige que o magistrado, sempre mediante fundamentos concretos extraídos de elementos constantes dos autos (arts. 5.º, incisos LXI, LXV e LXVI, e 93, inciso IX, da Constituição da República), demonstre a existência de prova da materialidade do crime e de indícios suficientes de autoria delitiva (fumus comissi delicti), bem como o preenchimento de ao menos um dos requisitos autorizativos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, no sentido de que o réu, solto, irá perturbar ou colocar em perigo (periculum libertatis) a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

2. Além disso, de acordo com a microrreforma processual procedida pela Lei n.º 12.403/2011 e com os princípios da excepcionalidade (art. 282, § 4.º, parte final, e § 6.º, do CPP), provisionalidade (art. 316 do CPP) e proporcionalidade (arts. 282, incisos I e II, e 310, inciso II, parte final, do CPP), a prisão preventiva há de ser medida necessária e adequada aos propósitos cautelares a que serve, não devendo ser decretada ou mantida caso intervenções estatais menos invasivas à liberdade individual, enumeradas no art. 319 do CPP, mostrem-se, por si sós, suficientes ao acautelamento do processo e/ou da sociedade.

3. Na hipótese, a prisão preventiva foi suficientemente fundamentada pelas instâncias ordinárias, diante das circunstâncias do caso, que retratam in concreto, a periculosidade do Paciente, evidenciada pelo modus operandi dos delitos - homicídios, consumado e duas tentativas, supostamente praticados por motivo fútil e mediante recurso que dificultou a defesa das vítimas, pois se deslocou até a residência de uma delas, conversou sobre fato preteritamente ocorrido "e, alterados os ânimos, percebendo a chegada de outros dois ofendidos no local, efetuou diversos disparos de arma de fogo" -, que demonstra a perniciosidade social da ação e a necessidade de garantir a ordem pública.

4. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de

nenhuma das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas no art. 319 do Código de Processo Penal.

5. Ordem de habeas corpus denegada.

(HC 500.700/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 19/08/2019)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO DE EVASÃO. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. ASSEGURAR A INSTRUÇÃO CRIMINAL. APRESENTAÇÃO ESPONTÂNEA. INSUFICIENTE QUANDO PRESENTES OS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE AUTORIA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. NOVA AVALIAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DA PRISÃO POR OCASIÃO DA PRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO IMPROVIDO.

1. Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, ainda que a decisão esteja pautada em lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

2. O juiz de primeiro grau, bem como o Tribunal Revisor, fundamentou a necessidade da prisão preventiva em razão do modus operandi da conduta delitiva, além do risco concreto de evasão do recorrente, tendo em vista que este permaneceu foragido durante certo tempo no decorrer da persecução penal, sendo a medida extrema adequada para assegurar a aplicação da lei penal, para a conveniência da instrução criminal e para a garantida da ordem pública.

3. A periculosidade do agente, aferida a partir da gravidade concreta da conduta imputada, notadamente pelo modus operandi do crime - prática de homicídio duplamente qualificado - motivo fútil e com recurso que dificultou a defesa da vítima, em comparsaria com mais três agentes, sendo um menor de idade, com distribuição de tarefas entre eles, executou o ofendido mediante vários disparos de arma de fogo -, é fundamento idôneo para a prisão preventiva para a garantia da ordem pública. Em outras palavras, Admite-se a prisão preventiva quando as circunstâncias concretas do crime revelarem risco à ordem pública (STF, HC n. 118.844, Relator Ministro ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 19/11/2013, publicado em 19/12/2013).

4. "Na linha dos precedentes desta Corte, a apresentação espontânea do réu, por si só, não é motivo suficiente para a

revogação de sua segregação cautelar se presentes os requisitos para a custódia preventiva (precedentes)" (RHC 55.852/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe 01/10/2015).

5. Registro ser inviável a análise, no âmbito restrito do habeas corpus, de teses que, por sua própria natureza, demandam dilação probatória. As provas dos autos devem ser apreciadas durante a instrução criminal, sob o crivo do contraditório, não sendo esta a via adequada para a sua revisão 6. Caberá ao Juízo originário avaliar, na fase de pronúncia, a necessidade de manutenção ou não da segregação cautelar ou sua substituição por outras medidas cautelares. Segundo o memorial, as alegações finais já foram apresentadas.

7. Até aqui, a prisão processual está fundamentada na gravidade concreta do ilícito, na periculosidade dos agentes, no modus operandi do delito e na necessidade de garantir a aplicação da lei penal.

8. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento.

(RHC 104.965/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018)

Ademais, condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, deconstituir a prisão preventiva, quando há nos autos elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema, como ocorre *in casu*.

Por fim, considerando-se a imprescindibilidade da preventiva, está clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, que não se mostrariam adequadas para garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal.

Assim, observa-se que a prisão preventiva está suficientemente embasada e merece ser mantida, principalmente a bem da ordem pública e para garantir a aplicação da lei penal, não havendo coação ilegal a ser sanada por esta Corte Superior de Justiça.

Diante do exposto, **nega-se provimento ao recurso ordinário em habeas corpus.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator